

A NATUREZA DAS DEMANDAS CONTEMPORÂNEAS POSTAS AO SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS COSTA E SILVA, NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN

Fernanda Kallyne Rego de Oliveira Morais • Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Professora e coordenadora do Curso de Serviço Social. Universidade Potiguar. E-mail: fernandakallyne@unp.br

Marli Barbosa da Silva • Assistente Social da CRAS Costa e Silva, da Prefeitura Municipal de Mossoró. Email: marlibarbosa1982@bol.com.br

Envio em: Junho de 2012

Aceite em: Fevereiro de 2013.

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo expor a natureza das demandas Contemporâneas postas ao Serviço Social no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Costa e Silva. Nessa direção, partimos do contexto neoliberal de produção e reprodução da sociabilidade capitalista para análise do perfil das demandas atendidas pelo Assistente Social no CRAS. A sociabilidade capitalista é compreendida como solo de origem das demandas contemporâneas postas ao Serviço Social. Em seguida abordaremos o Projeto Ético Político Profissional como via de leitura e interpretação da realidade social, enfrentada pelo Assistente Social no CRAS, porta de entrada não só das necessidades sociais básicas, mas de todos os níveis de complexidade, as quais serão aqui delimitadas. Desse modo, temos no Projeto Ético Político Profissional um instrumento de ação e enfrentamento das referidas demandas. Associado a essa temática, indispensável discussão será realizada em torno do trabalho do Assistente Social no CRAS, pois, se há demanda tradicional ou contemporânea, há exercício profissional. Para tanto, tomamos como referenciais teóricos lamamoto (2009), Neto (1999), Tonet (2009), Granemann (2009), Mioto (2009) dentre outros. E por fim teceremos algumas considerações acerca desses desdobramentos vivenciados diariamente no CRAS, com destaque para a real possibilidade de materialização do Projeto Ético Político Profissional.

PALAVRAS CHAVE: Demandas Contemporâneas. Sociabilidade Capitalista. Projeto Ético Político Profissional.

THE NATURE OF CONTEMPORARY DEMANDS IMPOSED TO SOCIAL ASSISTANCE REFERENCE CENTER - CRAS COSTA E SILVA IN MOSSORÓ CITY

ABSTRACT: This paper is aiming to expose the nature of contemporary demands imposed to (CRAS), short for Centro de Referência da Assistência Social (English: Social Assistance Reference Center) located in the neighborhood of Costa e Silva. At this point, we assume the neo-liberal context in production and reproduction of the capitalist sociability in order to analyze the profile of the demands met by the Social Assistant at CRAS. The capitalist sociability is understood as originating source of contemporary demands imposed to Social Service. Next, it will be addressed the ethical professional political project as a way of reading and interpretation of social reality faced by the Social Assistant at CRAS, which is an open door not only for basic social needs, but for all levels of complexity that will be defined here. Thus, the ethical professional political project has an instrument of action and confrontation of these demands. Associated with this theme, a necessary debate will be held around the work of the Social Assistant at CRAS, since if there is a traditional or contemporary demand, then there is a professional exercise. For both, it has been taken as theoretical frameworks: lamamoto (2009), Neto (1999), Tonet (2009), Granemann (2009), Mioto (2009) among others. And finally, it will be made some considerations about those unfolding daily experienced at CRAS, with emphasis on the real possibility of materialization of the ethical professional political project.

KEYWORDS: Contemporary Demands. Capitalist Sociality. Ethical Professional Political Project.

■ 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende expor a natureza das demandas contemporâneas enfrentadas pelo Assistente Social no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), no bairro Costa e Silva, no município de Mossoró/RN. Essa cidade, conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social, é um município de Grande Porte e conseqüentemente de Gestão Plena. Nessa direção buscamos não só discriminar tais demandas, mas principalmente decifrá-las numa perspectiva totalizante que abarque as particularidades, singularidades, semelhanças, diferenças, complexidade, contradições, fragilidades, limites e possibilidades de enfrentamento. Não será uma análise da demanda mais frequente, ou de um indivíduo, grupo ou família, mas de todas as demandas atendidas pelo Serviço Social no CRAS. O ponto de partida será a sociabilidade capitalista com suas múltiplas alterações e determinações na vida dos usuários, e o método de análise o materialismo histórico dialético.

Nessa direção, abordaremos as reais possibilidades de efetivação do Projeto Ético Político Profissional, sobretudo como guia de leitura e interpretação das demandas postas ao Assistente Social. Não só como norte, mas, principalmente instrumento propositivo, no sentido de apresentar providências, soluções aos denominados “problemas” dos usuários. Em seguida uma discussão indispensável será feita em torno do trabalho, do exercício profissional do Assistente Social no CRAS, pois, se há demanda tradicional ou contemporânea, há exercício profissional, há um fazer repleto de atribuições, competências, metodologia, perspectiva de intervenção, bem como elementos que compõem o universo cotidiano da práxis profissional, por exemplo: como somos vistos pela sociedade, a importância da capacitação, algumas particularidades e curiosidades da experiência profissional.

■ 2. A SOCIABILIDADE CAPITALISTA COMO SOLO DE ORIGEM DAS DEMANDAS CONTEMPORÂNEAS POSTAS AO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

O Neoliberalismo representa uma reestruturação ideológica do sistema capitalista de produção, que se repagina de acordo com as particularidades e singularidades de determinada conjuntura política, econômica e social em busca do seu objetivo primordial, os lucros e a acumulação em detrimento dos direitos de cidadania. Esse processo ganha terreno a partir da década de 1970, expande-se e aprofunda-se nas décadas de 1980, 1990 como o expoente da mundialização do capital, registrando sempre num movimento contínuo períodos de crise.

Nessa direção, articula um conjunto de medidas para a saída da referida crise, entre as quais, alterações no mundo do trabalho e da produção, passa a estabelecer novas relações com o Estado que sofre um processo de reconfiguração das suas funções inclusive prima

pela desconstrução e precarização dos direitos sociais, estabelece uma ideologia dominante para manutenção da ordem com incentivo ao consumismo, competição e individualismo, adotando o mercado como princípio regulador das relações sociais, pois, de acordo com¹ “mercadejar é o ato inaugural da sociedade capitalista”.

Desse modo, esse leque de medidas arquitetadas pela hegemonia neoliberal, traz implicações diretas para as condições de vida da população, sobretudo em relação ao agravamento da questão social, com o aprofundamento das desigualdades sociais, exploração, desemprego, precarização das relações de trabalho, desconstrução de direitos sociais, e agudização das vulnerabilidades sociais dos sujeitos. São esses fatores, somado a tantos outros que conformam a sociabilidade capitalista, em suas dimensões materiais e espirituais. A lógica desse sistema é realizada pelos sujeitos sociais num movimento dialético e contraditório de produção e reprodução das relações sociais. De acordo com²,

A reprodução das relações sociais na sociedade capitalista na teoria social crítica é entendida como reprodução desta sociedade em seu movimento e em suas contradições: a reprodução de um modo de vida e de trabalho que envolve o cotidiano da vida social (p.23).

Diante disso, percebemos que as manifestações da reprodução da sociabilidade capitalista permeiam e condicionam todas as esferas da vida dos sujeitos (trabalho, cultura, política, educação, direitos, comportamentos, religião, valores, relações sociais, ciência, manifestações artísticas etc.) a uma lógica mercantil e perversa centrada no lucro e acumulação, obtida através da riqueza coletivamente produzida e individualmente apropriada. Tal lógica para o capital é impossível de ser substituída por outra que não atenda aos seus objetivos, como por exemplo o atendimento das necessidades sociais fundamentadas na efetivação da democracia, por isso a sociabilidade capitalista precisa manter a sociedade de classes, a desigualdade, a distribuição desigual de renda, a pobreza, miséria, exploração, a inversão dos valores, o consumismo, individualismo e competição, a precarização das relações de trabalho, e de forma indireta contribui para o aumento de todas as formas de violência, pois, nas palavras de³ “esta é uma forma de sociabilidade que tem a violência na sua própria raiz”(p. 115).

Desta forma, as demandas contemporâneas postas ao Assistente Social no CRAS em questão estão inscritas nessa dinâmica social densa de adversidades e contradições. Daí resultam as denominadas situações de vulnerabilidade e risco social vivenciadas pelos usuários do CRAS. Mas, o que seriam essas vulnerabilidades sociais? Será que são necessidades sociais realmente básicas? Já enfatizamos aqui que a origem de tais demandas, e também reforçamos que nossa análise não é única e exclusivamente economicista, pois, dessa forma desconsideraríamos o imbricamento das várias dimensões da natureza humana.

Como é perceptível, as vulnerabilidades vivenciadas pelos usuários se apresentam de diversas formas, tipos e níveis de intensidade. Um só usuário ou família traz consigo múltiplas demandas. Trabalhamos cotidianamente com os seguintes exemplos reais: família com membro usuário de drogas; a mãe que sofre violência doméstica assim como os filhos. Há nesse seio o subemprego, a insuficiência e instabilidade da renda. O nível de escolaridade dos responsáveis é sempre precário, associado à ausência do cumprimento das funções básicas da família. Há também usuário(a) soropositivo que sofre processo de segregação e discriminação por sua condição de saúde, e também é excluído(a) do mercado de trabalho, em que muitas vezes não tem renda fixa, nem suficiente para suprir suas necessidades

sociais, assim como dos seus filhos. Um outro quadro bastante intenso é a situação da pessoa Idosa que sofre negligência, violência psicológica e financeira por parte dos familiares que na maioria das vezes são sustentados pelos próprios idosos, somados a isso ainda é predominante o alcoolismo, a drogadição, o subemprego, e os conflitos familiares.

É muito comum nesse contexto a vulnerabilidade das crianças que sofrem negligência e maus tratos por parte dos responsáveis, cuja mãe tem passagem em sua trajetória de vida, por Conselho Tutelar, Casa de Passagem, Núcleo Integrado de Apoio à Criança (NIAC) ou instituição de acolhimento integral. Em geral o perfil dessas famílias diz respeito àquelas constituídas pelo núcleo familiar “comum”. Porém, os filhos têm pais diferentes, há uma forte predominância do subemprego, a precariedade da renda, e ausência das noções socioeducacionais básicas para o convívio familiar e comunitário. É ainda uma realidade muito presente as responsáveis pelas crianças apresentam impotência diante dos filhos, no sentido da orientação, educação, limites, dentre outros.

Existem casos em que a criança não tem mais mãe, pois veio a óbito por ser usuária de drogas, o pai é presidiário, e o mesmo convive com parente (idoso) que apresenta também condições precárias de sobrevivência. Identificamos que as avós não têm domínio algum sobre as crianças e adolescentes o que gera uma situação de desassossego por parte dos netos que só vão à escola quando querem. Entretanto, entendemos que são dois sujeitos vulneráveis, que estão ao mesmo tempo em situação de risco social, considerando que esse é o pior risco, o de violação de direitos, tanto para com o idoso quanto para a criança e/ou adolescente.

No cotidiano há uma grande demanda de atendimento psicossocial, inclusive de adolescente com diagnóstico de esquizofrenia, crianças com síndromes, distúrbios mentais que convivem mutuamente com outros fatores socioeconômicos (violência doméstica, trabalho precário, drogadição, ausência das noções socioeducacionais básicas) que conformam a situação de vulnerabilidade e risco social.

E o que dizer diante de tal situação: Uma família composta por 05 crianças e 02 adultos. No seu seio há a presença do alcoolismo, conflitos familiares, drogas, tudo associado ao desemprego e à ausência das noções socioeducacionais básicas (higiene, organização, normas, regras, limites, etc). Os responsáveis são analfabetos, um dos filhos é doente mental. A família é assistida pelo Estado, pois, as crianças estudam nas redes municipal e estadual, têm acesso também à saúde (U.B.S.) do bairro. A família recebe ainda o benefício assegurado pela Assistência Social, uma vez que, o filho com distúrbio mental é beneficiário do Benefício de Prestação Continuada (BPC), além do Bolsa Família, e da moradia que é oriunda de projeto habitacional do município, e do acompanhamento feito pelo PAIF, serviço de atendimento integral à família, desenvolvido no CRAS por meio dos grupos (crianças, adolescentes, mulheres, pais, idosos), e que tem como objetivo principal o fortalecimento de vínculos familiares, onde realizamos atendimento multiprofissional, calcado principalmente na informação e orientação (socioassistencial, socioeducativo).

Essas situações são só uma pequena mostra de experiência profissional que não pretendemos mais nos deter no momento, mas ficamos instigados e muitas vezes intrigados, avaliando e reavaliado o nosso fazer. Agora imaginemos tudo isso, acontecendo e se reproduzindo no contexto da sociabilidade capitalista já referenciado aqui, como tais vulnerabilidades sociais chegaram até nós.

Assim, é importante e necessário que registremos, que dentro da perspectiva do fazer dos CRAS, compreendemos que o mesmo não é a porta de entrada somente das necessidades sociais básicas, mas de todos os níveis de complexidade, pois, é o equipamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) mais próximo da sociedade, fato que contribui para variedade e multiplicidade de demandas atendidas pelo assistente social.

Nesses termos, atuar na linha de enfrentamento das demandas contemporâneas é desafiador, pois, tais demandas apresentam alto nível de complexidade e exige postura profissional ético-política, crítica, competente, propositiva, e compromissada com a garantia dos direitos dos usuários. É atuar tensamente no terreno da adversidade. Por isso, em nosso cotidiano primamos pela unidade teoria-prática, imprescindível para intervenção profissional como veremos adiante.

■ 3. O PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL COMO GUIA DE AÇÃO

O Projeto ético político profissional do Serviço Social representa um compromisso da categoria com a sociedade em clara oposição à ordem vigente, ou melhor, à sociabilidade capitalista. Conforme⁴

Não é preciso uma argumentação detalhada para verificar o antagonismo entre o projeto ético-político que ganhou hegemonia no Serviço Social e a ofensiva neoliberal, que, também no Brasil, em nome da racionalização, da modernidade, dos valores do primeiro mundo etc., vem promovendo (ao arreo da Constituição de 1988) a liquidação dos direitos sociais (apontados como privilégios), a privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a sistemática implementação de uma política macroeconômica lesiva à massa da população (p.107).

Isso significa principalmente construir uma identidade profissional no contexto adverso da sociabilidade capitalista, comprometida com a defesa e consolidação da democracia, requisito indispensável para a construção, afirmação e ampliação dos direitos sociais. Nessa direção propõe-se a construção de uma nova sociabilidade, que transforme a lógica capitalista. Percebe-se mediante essa proposta, a defesa de valores como a liberdade de escolhas, a autonomia e emancipação dos indivíduos, igualdade, eliminação de preconceitos, consolidação da cidadania, equidade e justiça social, cujos princípios estão cristalizados no Código de Ética da profissão em vigor desde 1993. Dentre eles destacam-se: defesa da liberdade como valor ético central; ampliação e consolidação da cidadania; defesa dos direitos humanos, recusa do arbítrio e do autoritarismo; posicionamento em favor da equidade e justiça social; empenho na eliminação de todas as formas de preconceito; compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população.

Tais princípios são fundamentais para o enfrentamento das demandas contemporâneas no CRAS uma vez que direciona a ação profissional. pois, se adotamos tais princípios para o atendimento de um indivíduo, grupo ou família, mesmo que determinada demanda não seja de sua competência, esses princípios são materializados. Mesmo que se faça um en-

caminhamento, atividade de informar, orientar, escuta, ou seja, o mínimo de atendimento realizado há por trás, o projeto ético político profissional como base.

Associado a esse instrumento de intervenção profissional, não menos importante está o conhecimento adquirido por meio das legislações sociais, legislação da profissão, Constituição Federal, decretos, resoluções, normativas, dentre outros. Tudo isso potencializa e possibilita uma ação profissional capaz de enfrentar a complexidade das demandas, na direção da viabilização, garantia e materialização dos direitos dos usuários do CRAS.

Não há exercício profissional competente sem a unidade teoria/prática. É lógico que nenhum profissional do Serviço Social está obrigado a adotar ou assumir determinada perspectiva teórica, por isso somos uma categoria profissional heterogênea, porém, se nosso compromisso profissional é com o usuário, temos o dever de propiciar atendimento com qualidade, mesmo considerando os limites existentes de nossa atuação, que são de ordem profissional, institucional e os provenientes da sociabilidade capitalista.

Diante disso, vai surgir o questionamento: há resolutividade nos “problemas” dos usuários do CRAS com teoria? Entendemos que se não existisse a necessidade da iluminação teórica, seria desnecessária a formação profissional ou graduação. O Projeto ético político profissional pode e deve ser materializado no enfrentamento das demandas dos usuários, pois, é o elemento básico da postura profissional. É tal postura que possibilita a viabilização e garantia dos direitos de cidadania. Não estamos afirmando que vamos mudar determinada situação social, mas sim, que o mínimo de intervenção profissional quando embasada nos princípios éticos políticos da profissão potencializam a ação, no sentido da efetivação dos direitos dos usuários. Nessa perspectiva, vale mencionar aqui o exercício profissional do Assistente social no CRAS como veremos adiante.

■ 4. O QUE FAZ O ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

Na verdade diariamente somos interpelados sobre o nosso fazer. E sempre respondemos: garantimos o direito do usuário. Não declaramos que fazemos tudo, pois, há as competências e atribuições privativas do Assistente Social que devemos materializar, claro que com as particularidades tanto da Assistência Social quanto do CRAS.

O CRAS “é uma unidade pública estatal de base territorial, que se localiza em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social”⁵. Em outros termos, é a unidade efetivadora da referência e contra-referência dos usuários da rede sócio-assistencial do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), o qual executa, organiza, coordena, monitora e avalia os serviços locais de proteção social básica, considerados de acordo com a⁶

aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visa à convivência, à socialização e ao acolhimento, em famílias cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos (p.29).

Diante disso, o CRAS é uma instituição necessária e fundamental para o acesso, garantia, ampliação e materialização dos direitos sócio-assistenciais preconizados pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Objetiva principalmente a prevenção e fortalecimento de vínculos familiares, no sentido de evitar a ruptura, ou seja, a violação de direitos.

Isso significa para o Assistente Social um desafio no enfrentamento das demandas profissionais, pois, antes de qualquer ação, precisamos decifrá-las, entender a dinâmica responsável por produzi-las, e posteriormente apresentarmos resolutividade. Não é um processo simples, ao contrário é complexo, pois, temos que identificar, detectar, analisar, comprovar, sugerir, acompanhar, informar, orientar e acolher. Tudo isso diariamente realizado no atendimento aos usuários, num processo contínuo, repetitivo e sistemático.

Para tanto, desenvolvemos e destacamos as seguintes atividades no CRAS: acolhimento (que deve ser feito por toda equipe profissional); orientação social; informação; escuta; encaminhamentos; entrevistas; visitas domiciliares; acompanhamento familiar; trabalhos burocráticos (institucionais); estudo social; trabalho com os grupos (oficinas, palestras, reuniões, dinâmicas) e planejamento.

O acolhimento institucional é o básico, consiste em proporcionar ao usuário ou família um atendimento humanizado - na verdade entendemos que é preciso humanizar a humanidade - base para prosseguir com o atendimento das necessidades sociais específicas. Nessa base, todas as atividades realizadas pelo assistente social no CRAS têm suas peculiaridades. A orientação e a informação são completamente diferentes. A informação é objetiva e a orientação subjetiva, porém, se completam. Podemos ao mesmo tempo realizar tais atividades, ou não. A escuta é essencial para decifrar as demandas, entender a totalidade dos processos.

O acompanhamento familiar é sistemático e continuado, objetiva principalmente a prevenção e fortalecimento de vínculos familiares frágeis. Segundo⁷ o acompanhamento “é uma ação de caráter educativo que interfere diretamente na formação de condutas e subjetividades dos sujeitos” (p.499). Desse modo, exige do assistente social a articulação de várias mediações profissionais (informação, orientação, reflexão e socialização) para a concretização dos objetivos. Tem ainda um caráter multiplicador, pois, a medida que alguma alteração é concretizada, esta vai se estender e se refletir em toda a família e quem sabe até à comunidade.

Com relação à visita domiciliar, é imprescindível para o desvelamento da realidade social vivenciada pelos sujeitos. Através da visita, conhecemos, identificamos, interpretamos e analisamos determinada situação. Essa intervenção, exige do assistente social o acionamento de toda uma metodologia apontada acima dentre outras, para a intervenção social, cuja natureza é complexa em virtude de estarmos adentrando na privacidade do lar. Percebo que às vezes não somos bem recebidos, e é como se estivéssemos sendo “metidos” ou “intrusos”. A visita domiciliar é imprevisível, não sabemos o que vamos presenciar. Por isso precisamos ter muita cautela para não fazermos análises equivocadas. Inclusive orientamos sempre fazê-la na companhia de outro profissional.

Essa breve explanação sobre as atribuições do assistente social no CRAS, são para evidenciar as reais possibilidades de efetivação do projeto ético político profissional, cujas ações necessitam incontestavelmente da unidade teoria/prática.

Isto posto, vale mencionar ainda de forma bem particular como somos vistos pela sociedade. Percebemos que é atribuída a nós, meros sobreviventes também dessa sociabilidade capitalista, um elevado nível de autoridade que na verdade não comportamos, pois, não somos policiais, nem implementamos atividades moralizantes, coercitivas ou corretivas. Isso talvez se explique pela ausência de instrução ou informação da sociedade com relação à nossa profissão. Por muitas vezes somos demandados a chamar a atenção, fazer ameaça, intimidar, dar uma prensa, intimidar alguém para vir falar com o serviço social. Solicitam-nos até reconciliação conjugal. Somos tidos como um confessor, os usuários chegam até nós e contam realmente toda sua vida, desabafam, choram, apresentam o lado emocional bastante fragilizado. Daí a importância do sigilo profissional. Confessamos que existem determinadas situações impactantes, que desorientam, mexem com nossa subjetividade. Mas é justamente nesses momentos de “crise” que precisamos do embasamento teórico.

Isso nos leva a refletir sobre as reais possibilidades de implementação do projeto ético político profissional, sem cair no fatalismo diante dos desafios, ou seja, implica uma postura profissional que dentro das possibilidades constrói estratégias de ação no contexto adverso da sociabilidade capitalista.

■ 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desdobramentos acima percorridos não se esgotam nesse artigo, pois, as demandas contemporâneas postas ao Serviço Social são dinâmicas assim como a profissão, estão inscritas num processo contínuo de produção e reprodução social. E o exercício profissional do Assistente Social é construído dia a dia. Estar aberto ao vir a ser histórico. Nessa direção, contribuimos no sentido de abordar aspectos e elementos presentes na contemporaneidade da profissão. Sinalizamos principalmente para a necessidade de desconstruirmos estereótipos e concepções equivocadas sobre o trabalho do assistente social.

Diante disso, vale ratificar que o trabalho do assistente social no CRAS é árduo, tenso, desafiador, uma batalha diária que precisa incontestavelmente da unidade teoria/prática para o enfrentamento das demandas contemporâneas, as quais apresentam configuração bastante complexa. Portanto, à medida que a sociabilidade capitalista produz e reproduz situações e as coloca para o assistente social, este é obrigado a atualizar-se, redefinir estratégias e procedimentos, daí a importância da capacitação contínua para uma intervenção social eficaz.

■ REFERÊNCIAS

1. Granemann S. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS; 2009.
2. Iamamoto MV. O Serviço Social na cena contemporânea. In: Serviço Social : direitos sociais e competências profissionais. Brasília : CFESS/ABEPSS; 2009. p. 23.
3. Tonet I. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. in: serviço social : direitos sociais e competências profissionais. Brasília: cfess/abepSS; 2009. p. 115.

4. Paulo Netto J. A construção do projeto ético- político do Serviço Social frente a crise contemporânea. In: Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 1. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília, CFESS, ABEPSS, Cead/NED, UNB, 1999. (p.107).
5. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Resolução CNAS nº 145/2004 de 15 de outubro de 2004. Publicado no DOU de 28 de outubro de 2004. Brasília, novembro de 2004.
6. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Resolução CNAS nº 145/2004 de 15 de outubro de 2004. Publicado no DOU de 28 de outubro de 2004. Brasília, novembro de 2004.(p.29).
7. Miotto RC. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS; 2009. (p.499)